

paulo teixeira pinto

PENSAR PORTUGAL NUM MUNDO GLOBAL (Sumário Executivo)

I. Portugal, a Europa e o Mundo

Portugal é uma Nação europeia por natureza e universal por vocação. A nossa posição tem sido desde sempre favorável a uma Europa das Nações totalmente fiel aos seus princípios fundadores: as liberdades fundamentais e um escrupuloso respeito pelo princípio da subsidiariedade.

É nossa convicção que o envolvimento de Portugal no processo de construção europeia deve ser consciente e esclarecido. Se se proceder a uma reflexão profunda terá de se concluir que não pode ser aceitável a ideia vulgarizada segundo a qual a participação portuguesa prossegue como objectivo principal a obtenção de fundos comunitários. Não. Primeiro, porque há princípios e valores que não têm preço. Por isso não podem nem devem ser negociados. Depois, porque, além do mais, os fundos estruturais não são eternos nem gratuitos.

A análise deve ser, em conformidade, feita segundo uma óptica mais geral. Num mundo em acelerada globalização, Portugal deve potenciar as vantagens desse processo através da sua inserção numa organização como a União Europeia, com as suas actuais características.

Na sequência da queda do muro de Berlim e da revolução tecnológica que provocaram a aceleração do processo de globalização, a dimensão meramente económica da União Europeia – que tinha predominado até ao princípio dos anos 90 – cedeu progressivamente lugar a uma nova dimensão política, de segurança e mesmo de defesa.

Realizados que estavam o mercado interno e a moeda única, a principal prioridade da Europa passou naturalmente a ser o alargamento aos países de leste e a manutenção de paz no continente.

O centro gravitacional da Europa deslizou assim para leste. Daqui decorre que Portugal se transformou no mais distante e periférico de todos os Estados da *Eurásia*.

Estas realidades incontornáveis impõem uma densa reflexão que deverá ter em conta que a verdadeira fronteira do continente é uma certa mundividência e o seu modo de vida. **A Europa não é só um mercado continental. É uma parcela de um espaço onde a democracia, a liberdade e os direitos fundamentais do Homem são valores supremos. Chamemos-lhe Ocidente.**

Portugal deve partir deste reconhecimento para saber equacionar devidamente, numa perspectiva de médio e longo prazo, as suas relações históricas e culturais também com África e com as Américas.

A par desta preocupação merece também registo uma certa tendência para um *pensamento único*, uma espécie de “*extremo-centro*”. Convém notar que esta tendência contém um vírus que poderá limitar de maneira inaceitável a própria diversidade contraditória, como imagem e reflexo da liberdade. Posto isto, para curar ou evitar o contágio deste mal só há um único antídoto: a prevalência sobre o pensamento único por parte dos fundamentos medulares da democracia política, tais como a liberdade de consciência, a autodeterminação individual, a livre competitividade entre opções e convicções que respeitem os direitos e liberdades fundamentais e o respeito pela vontade dos povos.

É aqui também a ocasião de chamar a atenção para a importância que atribuímos ao princípio da subsidiaridade, como quadro geral de gestão das sociedades. Assim, também nesta sede a única prevenção verdadeiramente eficaz contra a referida convulsão é a plena observância dos princípios fundadores da Europa enquanto realidade política: as liberdades basilares

individuais e económicas e um escrupuloso respeito pelo princípio da subsidiariedade.

Porém, hoje a tendência oposta à subsidiariedade está tão acesa que chega a cegar alguns: existe de facto uma indiscutida e excessiva concentração de poderes a nível de topo das instâncias europeias, e isto não tem outro nome que não o de centralização.

A conclusão principal do entendimento perfilhado aponta, nestes termos, para o seguinte rumo: **Portugal deve combinar a sua vocação universal – que hoje vai a par de uma verdadeira globalização – com a sua inserção continental.** Só tal articulação permite atenuar o progressivo afastamento do núcleo central da Europa e potenciar a nossa situação geoestratégica de plataforma atlântica.

II. O novo sistema global

O fim da guerra fria, simbolizado pela queda do muro de Berlim em 1989, alterou de forma significativa os parâmetros geopolíticos e económicos que caracterizaram o mundo no pós-guerra.

O sistema bipolar de partição do poder entre os Estados Unidos e a U.R.S.S ruiu, e as paredes ideológicas que separavam as nações foram praticamente eliminadas.

Estavam, assim, criadas as condições propícias à aceleração do desmantelamento dos proteccionismos e controlos que limitavam a liberdade de circulação de pessoas e o livre desenvolvimento da economia internacional.

Por outro lado, ao longo da década de 90, verificou-se uma autêntica revolução tecnológica no âmbito da informática, que democratizou o acesso aos computadores e aos sistemas de informação. O símbolo mais evidente desta

revolução foi a *Internet*, a qual tem vindo a potenciar de uma forma decisiva o processo de globalização.

A interacção de todos estes aspectos resultou numa progressiva integração dos diversos mercados, configurando a constituição a prazo de um verdadeiro mercado global e de um novo sistema, o que irá certamente provocar mutações substanciais no plano político, económico e cultural.

A democratização do acesso à informação e a possibilidade de todos poderem interagir no mercado global através das grandes redes electrónicas constitui a base do novo sistema.

Todo o cidadão do mundo terá acesso a uma informação praticamente ilimitada e instantânea, o que permitirá aumentar o leque de opções à sua disposição e reforçar a sua capacidade e autonomia de decisão. O novo sistema tenderá, portanto, a privilegiar o indivíduo, a sua personalidade e o exercício da livre escolha.

Em consequência, **um sistema que se fundamenta no homem e na sua autonomia de decisão obrigará a devolver aos indivíduos os poderes que se encontram actualmente concentrados em níveis superiores.**

As velhas organizações dirigistas e hierárquicas, em que todo o poder de decisão vem de cima, serão substituídas por estruturas horizontais e descentralizadas, em que o poder de decisão estará fragmentado e disseminado pelos diversos elementos que a integram.

O Estado será, igualmente, atingido por todo este processo. Muitas das funções que actualmente lhe estão cometidas serão transferidas para a sociedade. Esta poderá desenvolvê-las de uma forma mais eficiente, ou seja, mais rápida e com menos custos.

A própria estrutura tradicional do Estado, burocrática e centralizada, será substituída por uma outra, mais flexível e descentralizada.

Fundado na capacidade de decisão e na responsabilidade individual, o novo sistema global reúne, deste modo, os requisitos necessários à criação de uma

economia de mercado mais eficiente e capaz de aumentar o nível de vida da generalidade das pessoas.

Embora a base da globalização seja o indivíduo, o motor do novo sistema é desempenhado por investidores institucionais, cujo papel é decisivo no mercado global. São eles quem capta uma parte substancial das poupanças e dos recursos financeiros mundiais, promovendo de imediato a sua aplicação em produtos financeiros ou em investimentos com o mínimo de risco.

Estão obrigados a escolher a estabilidade e a evitar a surpresa. Optam, portanto, pelos países que possuem uma democracia estabilizada, uma economia de mercado solidamente instalada e, ainda, por aqueles em que os direitos de propriedade se encontram suficientemente garantidos.

Para que um país possa beneficiar de grandes investimentos terá, todavia, que adoptar um conjunto de *regras de ouro*, a saber:

- (i) o sector privado deve ser o motor do crescimento económico;
- (ii) o Estado deve ter um reduzido peso na economia e o respectivo orçamento ser equilibrado ou com superavit;
- (iii) a economia deve estar tendencialmente desregulamentada, por forma a promover a concorrência e a competitividade;
- (iv) os monopólios internos e dos abusos de posição dominante devem ser todos objecto de eliminação ;
- (v) a corrupção ao nível do Estado deve ser suprimida;
- (vi) os subsídios devem ser sempre fundamentados e limitados exclusivamente ao apoio de situações de interesse estratégico, social ou local;
- (vii) as empresas públicas devem ser todas transformadas em sociedades que funcionem de acordo com as regras do mercado;
- (viii) a moeda deve ter assegurada a respectiva convertibilidade;
- (ix) a taxa de inflação tem de ser baixa.

Se os países seguirem estas regras, o investimento afluirá e as taxas de juro tenderão a baixar, com os naturais benefícios que daí advêm para todos os cidadãos.

Inversamente, quando se detectarem desvios em relação a estas regras, o investimento diminuirá, as taxas de juro começarão a subir, o país será penalizado e todos sofrerão, a começar pelos mais carenciados.

E não pode ser esquecido que existe uma avaliação permanente do cumprimento destas regras, a qual é feita através de uma *guarda avançada*, as empresas de *rating*, que elaboram e divulgam indicações precisas sobre o estado da economia nos diversos países.

Face a este enquadramento, que é exógeno à decisão política dos portugueses, **Portugal goza de apenas duas opções: (i) ou avança para um modelo de sociedade e de economia aberta, de acordo com as regras de jogo ou, (ii) ao invés, rejeita-as total ou parcialmente.**

A escolha parece ser óbvia. Uma vez que Portugal já está ligado à rede e ao mercado global, deve aceitar as suas consequências. Só assim estaremos em condições de extrair todos os benefícios deste sistema, em particular os que resultam do acesso aos recursos praticamente ilimitados.

Tal como no xadrez, se não é possível obviar a uma dificuldade, há que começar por preveni-la, primeiro, e dela partir para uma jogada de vantagem, depois.

Neste novo fenómeno perderão primeiro os que só depois aprendam as novas regras. O sistema global, ao democratizar o acesso à informação, coloca todos os países e indivíduos em situação de igualdade. Mas a globalização afectará os países de modo diverso, sendo igualmente diferenciados os benefícios que cada um deles poderá obter.

Logo, o que os irá distinguir não será a quantidade de informação acumulada, mas antes a capacidade de analisar a informação fornecida pelo mundo, bem

como a capacidade de decisão, de iniciativa e de risco que permita satisfazer as exigências em causa.

Até porque o verdadeiro critério distintivo, e que fará a diferença quase toda, será a velocidade no processo de decisão. Neste sistema já não serão os maiores a dominar os mais pequenos, mas antes os mais rápidos a vencer os lentos.

Se Portugal não preencher estes requisitos será menos beneficiado, ou mesmo marginalizado, o que levará ao seu empobrecimento progressivo. Ao invés, se for capaz de os cumprir, poderá potenciar todas as vantagens que o sistema é capaz de oferecer. Com os consequentes reflexos na qualidade de vida dos portugueses, num caso ou noutro.

III. Portugal e a globalização

Goste-se ou não, de um ponto de vista subjectivo, a verdade objectiva é só uma: a globalização é um sistema que existe e que se impôs também a Portugal.

Importa, assim, que o nosso país se prepare rapidamente para este novo sistema, por forma a que o possa absorver com naturalidade.

Se formos capazes de o fazer com rapidez, teremos uma vantagem comparativa significativa, designadamente em relação à maioria dos nossos parceiros da União Europeia, os quais mantêm, de uma forma geral, uma estrutura política e económica que não está preparada para o sistema global.

O dirigismo, o elevado peso do Estado, a regulamentação excessiva e um mercado de trabalho sem mobilidade são ainda traves mestras nos sistemas de muitos países europeus, as quais se opõem frontalmente a um efectivo e moderno desenvolvimento social

Face ao sistema global, Portugal poderá ter algumas vantagens. É um país pequeno, facilmente gerível por quem o saiba. Tem uma óptima situação geoestratégica, que lhe facilita a ligação, quer à Europa, quer à América. E tem, também, relações históricas profundas e antigas com a Ásia e com a África, o que faz de Portugal um país aberto ao mundo, capaz de conviver com os outros povos e de absorver as suas ideias.

Todos estes aspectos poderão ser importantes como factor de atracção, nesta nova era em que a maioria das actividades se poderá realizar num qualquer país e em qualquer local.

O grande desafio para o próximo século será o de transformar Portugal numa sociedade preparada para este novo mundo global da nova idade histórica que agora se inicia: a *Era Digital*.

Impõe-se, deste modo, que sejam realizadas com rapidez as alterações e as reformas necessárias à realização daquele objectivo.

IV. A identidade nacional

O novo sistema global aumenta o poder da sociedade civil e dos mercados, reduzindo o poder do Estado.

Importa, assim, buscar novas formas que possibilitem a salvaguarda da identidade nacional e de um núcleo indisponível de soberania.

Dada a força e a velocidade da globalização, os países terão que desenvolver toda uma série de filtros, que permitam proteger as suas culturas da hegemonia uniformizante imposta pelo mercado global.

Se tal objectivo for atingido, sairão necessariamente reforçados os meios que permitem sustentar uma cultura e uma Nação.

A educação, a cultura, o território e o ambiente são igualmente factores decisivos para a defesa da identidade nacional, pelo que devem ser

desenvolvidas políticas inovadoras e inteligentes nestes sectores, orientadas para a respectiva salvaguarda.

Finalmente, importa ainda referir que **não há verdadeiro desenvolvimento sem equidade social e sem terra**. Aquela porque é o princípio e o fim último a que a Política deve estar ordenada. Esta porque é um elemento vital para o enraizamento de uma comunidade e para a sua perpetuação.

Uma língua e uma cultura comuns são elementos estruturantes de uma identidade nacional perfeita. No caso português, forjaram-se na História, conformam-nos no presente e irão projectar-nos no futuro.

E se é um sinal de atraso o intervencionismo da tutela estatal na actividade cultural criativa, o mesmo não se dirá quanto à Língua.

A tutela do Estado deve ter como limite o património cultural. Tem a obrigação de preservar a cultura que foi, mas não o direito de determinar a que há-de ser.

Para além da preservação do património arquitectónico e arqueológico, o Estado quase não deve, por conseguinte, ter política cultural oficial. Esta é feita, em liberdade completa, pelos próprios agentes culturais, seja no teatro, no cinema, na literatura ou nas demais artes.

Não pode haver uma estética oficial. Não cumpre ao Estado fixar cânones para o que é menos objectivo e, ao mesmo tempo, o mais superlativo de tudo neste domínio: o gosto subjectivo. O Estado não sabe, e é bom que assim seja, quais são as correntes literárias ou artísticas que são correctas. Mas cabe-lhe **promover como elemento estratégico principal a defesa empenhada do património cultural e da Língua Portuguesa.**

Desde logo em Portugal, no ensino obrigatório. Mas também nos *fora* internacionais, e especialmente junto das comunidades emigrantes, nos PALOP e em Timor.

Repete-se que a língua é um factor decisivo na nova ordem mundial. Já se pode até falar numa geopolítica da língua. Seria irresponsável não se perceber que somos neste plano muito mais proporcionalmente relevantes à escala planetária do que a nossa real importância política, social ou económica obrigaria.

V. População

Portugal, tal como vários outros países europeus, vai defrontar-se nas próximas décadas com um terrível problema: o abrupto envelhecimento da sua população conjugado com a sua muito sensível diminuição.

Esta realidade próxima encontra a respectiva causalidade no cruzamento de dois vectores distintos: (i) de um lado, a progressiva descida da taxa de natalidade; (ii) de outro, o significativo aumento da esperança de vida. Ora, a soma de um factor negativo, o primeiro, com um positivo, o segundo, implica nesta operação um resultado final negativo.

Não haja ilusões: o problema existe, é muito sério e não desaparece por o ignorarmos. Não se resolve por si nem se evita por ser desconsiderado. E assim, se nada se fizer, com urgência, **a nova sociedade portuguesa será dentro de poucos anos uma sociedade de idosos**. Além disso, segundo os últimos relatórios especializados das Nações Unidas, em 2050 teremos perdido 1/5 da nossa actual população. Posto isto, **o apoio à maternidade, sendo em qualquer circunstância uma obrigação social, deve passar a ser encarado como um objectivo estratégico para Portugal**.

A conclusão é lapidar: ao imperativo ético que deve informar uma política altruísta de reconhecimento das famílias, enquanto referência primeira da sociedade, soma-se no início do milénio o interesse próprio do Estado no sentido de evitar o envelhecimento da respectiva comunidade.

VI. O Território

A principal opção estratégica nesta sede consiste em inverter uma dupla tendência: (i) por um lado, a massiva transferência da população do interior para o litoral, acentuando de modo progressivo e acelerado as assimetrias de desenvolvimento social dentro do território percebido como um todo, e sem fracturas que correspondam a verdadeiras regiões; (ii) por outro, a imparável macrocefalia, ou seja, o crescimento desproporcionado daqueles que já constituíam os maiores centros urbanos.

O primeiro problema configura a premência de uma estratégia de desenvolvimento, nomeadamente assente na criação de incentivos à efectiva ocupação do espaço interior, com a remoção ou compensação dos custos de interioridade. Ou seja, numa desconcentração e descentralização da Administração Pública, a par de uma facilitação de acessos intermodais. Aqui, muito concretamente, **toda a estratégia deve principiar pela consciência de que a distância vai deixar de se medir pelo factor espaço, sendo substituída pelo factor tempo.** Só percebendo isto é possível estancar e inverter a progressiva desertificação do interior e a constante concentração no litoral, com o inevitável desequilíbrio social.

Quanto às cidades, tal como até há pouco tempo eram comuns, é de começar por perceber que vão desfigurar-se. Assim, a urbe clássica, de raiz monocêntrica, tem vindo gradualmente a ser substituída por grandes áreas metropolitanas policêntricas, caracterizadas pela existência de vários subcentros urbanos, dotados de vida própria, de boas infra-estruturas e, em muitos casos, de sectores industriais e de serviços, bem dimensionados e eficientes.

Uma razão fundamental e decisiva para as alterações em curso, que começam por ser de teor territorial mas que rapidamente se comutam em germen de convulsão social, radica na redução relativa dos custos de mobilidade, resultante do desenvolvimento das vias de comunicação e dos sistemas de transporte, o que induz à progressiva transferência da indústria e de muitos

serviços para a periferia dos grandes centros urbanos. Ora, é previsível que estas tendências se acentuem nos próximos tempos, já que **as novas tecnologias que acompanham a globalização possibilitarão que o trabalho se realize de uma forma mais descentralizada e mais distante dos grandes centros urbanos.**

Em Portugal, tem-se registado uma evolução paralela e mais evidente nas grandes áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, onde se tem verificado o desenvolvimento de subcentros, também denominados vilas urbanas, à imagem do que também sucede noutras metrópoles.

O planeamento urbano deverá, assim, contemplar esta nova realidade. As novas vilas urbanas terão de ser dotadas das necessárias infra-estruturas e acessibilidades, por forma a que possam assumir-se como pólos urbanos autónomos e criadores de emprego, ao invés do que sucede na actualidade em que são frequentemente *ciudades dormitorio*.

A adopção de políticas orientadas para o desenvolvimento de subcentros urbanos obrigará necessariamente à reanálise e reorientação das políticas que têm vindo a ser seguidas pelas autarquias locais, bem como pelo próprio Estado no domínio do investimento público.

E um dos sectores vitais para a concepção de um novo paradigma de qualidade vida passa pela profunda reforma dos processos de planeamento urbanístico e de licenciamento de obras, os quais ainda são actualmente, em Portugal, extremamente complexos, morosos e burocráticos. Mas não haverá caminho alternativo à opção por um maior grau de desregulamentação.

Por outro lado, e concomitantemente, urge reformular o ambiente legislativo em que se processa o planeamento e o regime de utilização dos solos, obviando ao caos urbanístico em que se tornou o território nacional. E se nalguns pontos a situação se tornou de tal modo grave que a única solução possível parece ser a implosão de algumas monstruosidades sob a aparência de edificações, já em

todos é imprescindível estabelecer *normas directrizes* que visem um verdadeiro ordenamento e uma efectiva preservação do ambiente.

O ponto essencial, porém, é ainda e sempre o do Homem: ninguém pode ser feliz se viver numa selva de betão, isolado e privado de toda a ambiência requerida para uma salutar satisfação de necessidades não exclusivamente materiais. Ora, há muita gente frustrada, infeliz e sem auto-estima que nem por isso se revolta e provoca violência – é, para nosso mal, a chamada *multidão solitária*; mas, inversamente, não se encontra ninguém com verdadeiro prazer de viver em grupos cujo comportamento se torna organizadamente violento.

A verdade crua: a responsabilidade é sempre individual, e não pode nem deve deixar de o ser, mas o Estado é também responsável por ter permitido, por acção e omissão, as *fábricas do mal* onde milhões de pessoas têm de viver.

VII. Ícones

Uma das vias essenciais de afirmação da coesão de vontades e de sentimentos de um povo consiste na identificação simbólica com protagonistas ou eventos que em certa e particular circunstância provocam um altíssimo grau de comunhão entre todos os membros de uma comunidade.

Sabe-se que a identificação com uma realidade material ou com um ideal espiritual pode operar-se tanto pela via racional como por meios encantatórios. Trata-se daquilo a que se poderia chamar *os factores simbólicos de coesão*. Um exemplo, por excelência, é o caso do sucesso internacional em grandes eventos desportivos.

É tempo, pois, de o Poder Político ter a lucidez e a coragem de perceber que quando está em causa uma participação olímpica, por exemplo, já não é só o desporto que está em causa. É, em primeiro lugar, uma afirmação internacional de capacidade, diga-se até mais, de prestígio. E, em segunda instância, mas

não de menor importância, a possibilidade de unir pelo orgulho e pela alegria todo um povo. De facto, nos últimos anos, das poucas vezes em que os portugueses de todas as condições sociais, de todos os lugares do território nacional ou fora dele, e de todas as gerações se uniram para sofrer e gritar pelo nome de Portugal foi sempre por feitos desportivos. Nunca políticos. Só isso já seria o bastante para se conceder ao desporto de alta competição a verdadeira importância de que realmente goza no coração dos portugueses.

O desporto de alta competição deve, portanto, e em definitivo, ser uma prioridade estratégica para Portugal, pelo seu relevo como traço de união entre portugueses.

Quem não for capaz de entender isto não conseguirá jamais perceber que a causa primeira e o fim último da política são as pessoas em concreto e não os conceitos em abstracto. E que as pessoas também vivem de e com símbolos que lhes outorguem a pertença a realidades que as transcendem.

paulo teixeira pinto